



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º , DE 2020

Susta efeitos do Decreto n.º 10.341, de 6 de maio de 2020, que “Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal.”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados, nos termos do art. 49, V, da Constituição da República Federativa do Brasil, os efeitos do art. 4º do Decreto n.º 10.341, de 6 de maio de 2020.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto n.º 10.341, de 6 de maio de 2020, autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - PSB/RJ

Apresentação: 12/05/2020 09:00

PDL n.208/2020

No entanto, o referido decreto, de forma ilegal, estabelece em seu art. 4º que os órgãos e as entidades públicas federais de proteção ambiental serão coordenados pelos Comandos a serem definidos pelo Ministro da Defesa, conforme abaixo:

“Art. 4º O emprego das Forças Armadas de que trata este Decreto ocorrerá em articulação com os órgãos de segurança pública, sob a coordenação dos Comandos a que se refere o art. 3º, e com os órgãos e as entidades públicas de proteção ambiental.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades públicas federais de proteção ambiental que atuarem na forma do caput serão coordenados pelos Comandos a que se refere o art. 3º”.

A legislação brasileira garante autonomia para que os órgãos ambientais possam atuar na fiscalização, monitoramento e controle ambiental, bem como para exercer o poder de polícia ambiental. Desta forma, os dispositivos do Decreto nº 10.341, de 2020, que, contrariando a legislação, buscam inibir a capacidade fiscalizatória dos órgãos ambientais devem ser sustados.

Pelo acima exposto, solicito apoio dos demais parlamentares para aprovação deste decreto legislativo.

Sala das Sessões, em de maio de 2020

Deputado Alessandro Molon – PSB/RJ
LÍDER DO PSB

Documento eletrônico assinado por Alessandro Molon (PSB/RJ), através do ponto SDR_56287, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 0 4 3 5 4 8 4 2 5 0 0 *